

## **Crack no Jornal Nacional: como o telejornal agenda e enquadra o assunto**

### **Crack in the National Journal: How Television News Agenda and Framing the Subject**

**Fernanda Vasques Ferreira (Brasil)**

**Universidade Católica de Brasília – UCB**

**Fernanda.jornalista82@gmail.com**

*Fecha de recepción: 17 de diciembre de 2015*

*Fecha de recepción evaluador: 25 de febrero de 2016*

*Fecha de recepción corrección: 29 de marzo de 2016*

#### **Resumo**

Este artigo analisa a agenda e os enquadramentos produzidos e veiculados pelo *Jornal Nacional*, da Rede Globo, quando o assunto é o crack. Trabalha-se com a teoria do agendamento e do enquadramento televisivo como proposta teórica-metodológica, buscando compreender as matérias relativas ao crack veiculadas no Jornal Nacional a partir da constituição de conceitos como a tematização e dos enquadramentos em que estão inseridos esses conteúdos. As matérias veiculadas no respectivo telejornal e examinadas a partir do método da análise de conteúdo se referem ao ano de 2014 e estão disponíveis na íntegra para assinantes no portal Globo.com. Nas cinco unidades de análise que retornaram na busca com a palavra crack, considerando os meses de janeiro a novembro, foi possível perceber que o crack, em regra, está agendado como assunto de polícia e saúde pública, todavia não há uma ampliação da discussão e o envolvimento do Estado ou de fontes especialistas nas duas áreas: saúde e segurança pública. Como resultado, observa-se que, no discurso do telejornal, o Estado é ausente, inoperante e que não existem políticas públicas para a questão.

**Palavras-chave:** Agendamento, Enquadramento, Jornal Nacional, Crack, Análise de Conteúdo.

### Abstract

This article analyzes the agenda and produced frameworks and conveyed by Jornal Nacional, Rede Globo, when it comes to the crack. Works with the theory of scheduling and television framework as theoretical-methodological approach, trying to understand matters relating to the crack propagated in the Jornal Nacional from the constitution of concepts such as theming and frameworks that are inserted such content. The articles published in their news programs and examined from the content analysis method refer to the year 2014 and are available in full to subscribers in Globo.com portal. In the five units of analysis that returned in the search with the word crack, considering the months from January to November, it was revealed that the crack, as a rule, is scheduled as a matter of police and public health, but there is no expansion of discussion and state involvement or specialist sources in the two areas: public health and safety. As a result, it is observed that, in television news discourse, the state is absent, dead and there are no public policies on the issue.

**Keywords:** Schedule, Placement, National Journal, Crack, Content analysis.

### Introdução

Levantamento Nacional de Álcool e Drogas (Lenad) realizado em 2012 aponta que um em cada cem adultos brasileiros já experimentaram crack<sup>1</sup> e dados da Organização Mundial de Saúde (OMS) colocam o Brasil como o segundo maior consumidor de cocaína e crack depois dos Estados Unidos com 2,8 milhões de pessoas que consomem as drogas.

Segundo Bruck (2013), as pesquisas mostram que há um fenômeno na imprensa brasileira de dados, informações e histórias sobre o crack não exatamente comprovadas e que acabam sendo afirmados e reafirmados por jornalistas por meio de entrevistas realizadas com usuários, familiares, agentes de saúde e segurança pública que prestam atendimento aos viciados que, muitas vezes, distorcem as informações sobre a droga e seus efeitos. Segundo pesquisa que analisa a cobertura informativa do jornal *Estado de Minas*, frases como “se queimar uma pedra uma vez já está viciado”, “o crack mata em poucos dias”, “a pessoa que fuma crack tem vontade de matar”, “o usuário de crack é irrecuperável” circulam no discurso do jornal e acabam por constituir crenças e imaginários.

Nessa perspectiva, as produções jornalísticas trazem dados e indicadores alarmantes que criam um cenário de um país completamente “contaminado” pelo crack, nas quais, a droga se apresenta como vilã na vida de indivíduos que antes faziam parte de uma família estruturada e que, com o vício, passaram a fazer parte de estatísticas e estão às margens da sociedade.

Por essa razão, a inquietação que norteia esse trabalho é: como o assunto relativo ao crack é agendado e enquadrado no telejornal de maior audiência da televisão brasileira, o Jornal Nacional<sup>2</sup>, da Rede Globo? Para responder ao questionamento, esta pesquisa se valeu do método da análise de conteúdo.

Este artigo prioriza a compreensão do agendamento temático e do enquadramento das notícias televisivas relativas ao crack em 2014 no Jornal Nacional. Considera-se a relevância do respectivo telejornal no contexto dos hábitos da audiência conforme recente pesquisa realizada pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República que aponta o telejornal como o primeiro programa mencionado pelos entrevistados na pesquisa espontânea.

A análise de conteúdo se caracteriza por ser um método sistemático e quantitativo. Mas segundo Varão (2012, p. 35) é “pela análise exaustiva dos elementos que surgem no levantamento é que a análise de conteúdo pode ir além do que é dito, inferindo uma realidade que os textos isoladamente não dizem”. Por essa razão, esse método pode contribuir com a construção de inferências:

Longe de ser um método puramente quantitativo, a análise de conteúdo é tipicamente híbrida, atenta à qualificação que se sobressai da quantidade. Nessa atenção voltada à qualidade que se representa no quantitativo, não levamos em consideração nesse estudo palavras, mas sentenças inteiras, que interpretam “[...] o texto apenas à luz do referencial de codificação, que constitui uma seleção teórica que incorpora o objetivo da pesquisa” (Bauer apud Varão, 2012, p. 35).

Este trabalho considerou a seleção do conteúdo veiculado no telejornal em questão durante o ano de 2014, de janeiro a novembro, que resultou em cinco unidades de análise. A recuperação do conteúdo foi feita por meio do portal Globo.com na área de assinantes. A palavra “crack” foi inserida no buscador e a pesquisa foi realizada no portal, filtrada para o Jornal Nacional e depois para o ano de 2014. Grosso modo, percebe-se que há maior empolamento do assunto em 2013 quando repercutem as ações de internação compulsória relativas ao programa que teve início em São Paulo em janeiro desse ano<sup>3</sup>.

O *corpus* empírico deste trabalho aponta também para uma relativa escassez de exposição do assunto no respectivo telejornal. Isso porque, para além das notícias veiculadas no telejornal, as pesquisas de organizações e entidades, que também são veiculadas nos órgãos de imprensa, apontam para números preocupantes. E, no *corpus*, há uma única reportagem que colocou o tema do crack como sendo uma questão de saúde pública no telejornal. Por isso, é possível inferir que o Jornal Nacional não fez agendamento proporcional ao nível de importância que tem a questão no Brasil.

A partir de uma observação exploratória do *corpus* empírico, buscou-se estabelecer categorias de análise como: tempo da reportagem; local da reportagem; conteúdo da cabeça da reportagem; tema; focalização da reportagem; fontes de informação; imagens; destaques; como o telejornal explica o crack; auto-descrição de usuários; auto-descrição

de ex-usuários; descrição do telejornal em relação aos usuários; descrição do Jornal Nacional de ex-usuários; perdas que o crack acarreta ao indivíduo segundo o Jornal Nacional; perdas que o crack acarreta ao indivíduo segundo outrem; o que resolve o problema do crack; como o telejornal nomeia quem usa crack; protagonismo e tempo de fala.

Como referencial teórico-metodológico, este trabalho busca fundamentos na teoria da agenda-setting e no conceito de enquadramento. Posteriormente, são apresentadas as razões da escolha do suporte televisivo e do Jornal Nacional, em específico. A análise segue uma ordem cronológica de aparição das reportagens e destaca elementos importantes de serem considerados à luz do olhar teórico que ilumina este trabalho.

### **A teoria do agendamento e a evolução dos estudos**

Para analisar os temas agendados e os enquadramentos das notícias relativas ao “crack” no Jornal Nacional, faz-se necessário compreender as dinâmicas que envolvem o agendamento midiático, em específico no meio televisivo. A hipótese da agenda-setting contribui para a compreensão do fenômeno e se constitui como referencial teórico metodológico desta pesquisa.

[...] em consequência da ação dos jornais, da televisão e dos outros meios de informação, o público sabe ou ignora, presta atenção ou descarta, realça ou negligencia elementos específicos dos cenários públicos. As pessoas têm tendência para incluir ou excluir dos seus próprios conhecimentos aquilo que o *mass media* incluem ou excluem do seu próprio conteúdo. Além disso, o público tende aquilo que esse conteúdo inclui uma importância que reflete de perto a ênfase atribuída pelos *mass media* aos acontecimentos, aos problemas, às pessoas (Shaw apud Wolf, 2001, p. 144)

A hipótese aponta para o fato de que a mídia faz uma lista daquilo sobre o que é necessário ter uma opinião a discutir e de que os meios de comunicação exercem um papel fundamental no que diz respeito a ofertar às pessoas grande parte da realidade do mundo. Cohen apud Wolf (2001, p. 144) explica que se a mídia não consegue dizer às pessoas como pensar, ela exerce uma “capacidade espantosa” de dizer aos leitores sobre quais temas devem pensar. Assim, os *mass media* oferecem categorias em que os leitores podem colocar esses temas, criando, de certa forma, uma dependência cognitiva em relação aos media: os meios oferecem a ordem do dia dos assuntos e problemas a serem pensados e hierarquiza a importância e prioridade segundo a ordem do dia. McCombs e Shaw (2000, p. 47) reiteram: “os leitores não ficam só a conhecer um determinado assunto, mas também ficam a saber qual a importância a atribuir a esse mesmo assunto, a partir da quantidade de informação veiculada na notícia e da posição por ela ocupada”. Nesse sentido, quando os jornalistas e editores selecionam e divulgam as notícias, eles desempenham um importante papel na configuração da realidade política.

Desse modo, segundo Lang e Lang apud McCombs e Shaw (2000, p. 48) “grande parte do que as pessoas sabem chega-lhes em ‘segunda’ ou ‘terceira’ mão, através dos media

ou de outras pessoas”. Isso significa dizer que os meios de comunicação, em grande medida, são responsáveis pela formação e constituição de nosso ambiente social. Isso posto, a teoria do agendamento reconhece em seus estudos a partir de 1970, o efetivo poder que a mídia e, neste caso, o jornalismo em específico, exerce sobre a opinião pública.

Brum (2003), em um trabalho de revisão teórica, salienta que se há uma “enxurrada” de informações selecionadas e dispostas de modo que algumas se constituem como capa de jornais e revistas ou ocupam algum espaço privilegiado no telejornal, o conceito se traduz em uma teoria bastante atual e próxima da realidade:

Os pesquisadores Maxwell McCombs e Donald Shaw, pioneiros na apresentação da hipótese do agendamento, ao tratar deste tema, confirmam que a mídia tem a capacidade de influenciar a projeção dos acontecimentos na opinião pública, estabelecendo um pseudo-ambiente fabricado e montado pelos meios de comunicação (Brum, 2003).

A partir disso, tem que a mídia atua como uma eficiente agente modificadora da realidade social apontando para o receptor sobre quais temas deve estar informado. Em artigo intitulado *The Agenda Setting Function of Mass Media* (1972), McCombs e Shaw propõem a investigação da capacidade de agendamento dos mass media na campanha presidencial de Chapel Hill, na Carolina do Norte, em que foi identificada uma correlação entre os temas que os eleitores elencavam como sendo importantes e os temas presentes na agenda da mídia. “Os autores pretendiam averiguar também se as ideias que os votantes julgavam como temas mais relevantes eram moldadas pela cobertura jornalística dos meios de comunicação” (Weaver apud Brum, 2003).

Foram utilizados cem questionários que cobriram um universo de eleitores com posição econômica financeira, social e racial variada. A pesquisa tomou como base uma pergunta de triagem com vistas a identificar os eleitores que ainda não tinham definido o seu candidato e, portanto, declaravam-se indecisos. A partir desse quadro, a entrevista buscava inventariar qual assunto preocupava os respectivos eleitores por aqueles dias. Considerando que os eleitores desconheciam o que políticos diziam, a investigação se propôs a entender quais as duas ou três questões que deveriam receber atenção por parte do governo. De modo paralelo, foi realizada uma pesquisa cujo método se valia da análise de conteúdo dos meios de comunicação como forma de averiguar e categorizar o material como mais e menos importante em cinco jornais, dois canais nacionais de televisão<sup>4</sup> e duas revistas semanais. Para tal, foi realizada uma codificação entre televisão, jornais e revistas, e a cobertura editorial de jornais e revistas. Foram considerados:

Televisão: qualquer notícia de 45 segundos ou mais e/ou uma das três notícias de abertura. Jornais: qualquer notícia que surgisse como manchete na primeira página ou em qualquer página sob um cabeçalho a três colunas em que pelo menos um terço da notícia (num mínimo de cinco parágrafos) fosse dedicado à cobertura de caráter político. Revistas informativas: qualquer notícia com mais de uma coluna ou qualquer item que surgisse no cabeçalho no início da seção noticiosa da revista. Cobertura da

Página Editorial de jornais e revistas: qualquer item na posição do editorial principal (o canto superior esquerdo da página editorial), mais todos os itens em que um terço (pelo menos cinco parágrafos) de um comentário editorial ou de um colunista era dedicado à cobertura de campanha política (Brum, 2003).

Para efeito de análise, foram codificados temas em quinze diferentes categorias. Assim, destacam-se nessa teoria dois conceitos fundamentais: a tematização e a focalização. “É o procedimento implicitamente ligado à centralidade<sup>5</sup>, na medida em que se trata da capacidade de dar o destaque necessário (sua formulação, a maneira pela qual o assunto é exposto), de modo a chamar a atenção”. (Hohfeldt, 2001, p. 202) A focalização, por sua vez, diz respeito a maneira pela qual a mídia aborda determinado assunto, ou seja, o “como”. É a forma que os meios escolhem para apoiar, contextualizar, assumindo determinada linguagem e recursos de edição.

A conclusão a que McCombs e Shaw (1972) chegaram foi de que o mundo político é reproduzido de modo imperfeito pelos meios de comunicação, mas reiteraram que, os eleitores tendem a reconhecer os assuntos presentes nos media como sendo importantes. Os autores sugerem a forte função de agendamento dos meios de comunicação não apenas para eleitores/receptores como também sua capacidade de influenciar os próprios candidatos, levando-os a incluírem em suas agendas, temas que foram agendados pela mídia.

Ao reconhecer o papel importante que têm os mass media, a teoria do agendamento também salienta a capacidade diferenciada de cada mídia que está relacionado também ao grau de exposição do receptor aos meios:

Uma pesquisa de McClure e Patterson (1976) sobre a campanha presidencial americana de 1972 comprova um importante esclarecimento que deve acrescentar-se à hipótese: para os consumidores de informação televisiva, o aumento de consumo não se traduz num maior efeito de agenda-setting, contrariamente ao que acontece com os grandes consumidores de informação escrita. (...) a exposição às notícias televisivas teve, invariavelmente, os menores efeitos sobre o público (Wolf, 2001, p. 148)

Segundo Wolf (2001), as notícias televisivas são bastante breves, rápidas, heterogêneas e contingenciadas em uma dimensão temporal limitada. Isso significa dizer que são demasiado fragmentadas para terem um efeito de agenda significativo, tendo em vista, as rotinas produtivas, a limitação espaço-temporal, as características que envolvem a televisão enquanto suporte material para as informações e as características da notícia televisiva como produto para televisão. Evidentemente, esses elementos citados podem constituir o que a teoria do newsmaking<sup>6</sup> denomina como distorção involuntária. “A informação televisiva quotidiana fornece, portanto, uma situação de aprendizagem impossível: o público é assediado por informações fragmentárias, totalmente inaptas para constituírem um quadro cognitivo adequado às opções que o eleitorado é chamado a fazer” (Wolf, 2001, p. 149).

Além disso, o estudo de McClure e Patterson sinaliza que a informação televisiva privilegia, no caso de cobertura informativa de campanhas eleitorais, controvérsias, competição e “folclore político” em detrimento da informação mais significativa e importante. Todavia, mesmo com o reconhecimento de que há uma incapacidade de a informação televisiva fornecer instrumentos cognitivos adequados a uma escolha política racional, a televisão, mesmo com sua informação fragmentada, fornece globalmente uma representação da política e, de algum modo, tem capacidade de agendamento, mesmo que este seja considerado por McClure e Patterson como incipiente em relação à imprensa (escrita).

Existem também indícios que apontam no sentido de o modo como um objeto é enquadrado na agenda poder ter consequências mensuráveis a nível comportamental. Os atributos de uma questão alvo de ênfase na cobertura jornalística podem, por exemplo, influenciar de modo directo a orientação da opinião pública (McCombs; Shaw, 2000, p. 132).

### **Enquadramento e construção da realidade**

Porto (2002) explica que quando se discute o papel da mídia na política, frequentemente a mídia é entendida como “fonte de informação” e seu papel é tido como o de informar os cidadãos. Nesse sentido, ela teria um papel relevante no processo de construção e ampliação do espaço público contemporâneo conforme Habermas (2003), Thompson (2002) e Ferreira (2007) e, na consolidação das práticas democráticas a partir da informação objetiva e imparcial. Todavia, a despeito de que, de fato, a comunicação midiática tem um papel preponderante na sociedade no sentido de estabelecer um espaço público, por outro lado, tem-se que o mito da objetividade e imparcialidade já não correspondem mais a um paradigma possível tendo em vista suas limitações. Por isso, uma das alternativas tem sido o conceito de enquadramento (*framing*). Porto (2002) ao citar Robert Hackett (1993) considera fundamental seu argumento de que os conceitos de parcialidade e objetividade constituem um suporte teórico frágil.

Segundo o autor, já não é suficiente pressupor a possibilidade da comunicação imparcial, de conteúdos objetivos e independentes do mundo exterior. Ainda que estes conceitos mantenham seu valor normativo e empírico, Hackett argumenta que a investigação do papel da mídia necessita avançar. Uma das medidas por ele proposta é a substituição do conceito de “parcialidade” pelo de “orientação estruturada”. A noção de orientação estruturada inclui alguns aspectos característicos da ideia de parcialidade (favoritismo, distorção, etc.), mas é muito mais abrangente, já que inclui “vários tipos de orientações e relações sistemáticas que, inevitavelmente, estruturam os relatos noticiosos” (p. 128). Hackett argumenta que o conteúdo da mídia pode desempenhar um papel político e ideológico importante não apenas quando existe ou falta “objetividade” e/ou “imparcialidade”, mas também quando este conteúdo é produzido a partir de uma matriz ideológica limitada. Essa matriz seria composta por um conjunto de regras e conceitos (uma “estrutura profunda”) que são ativados pelos jornalistas, nem sempre de

forma consciente e sem necessariamente existir uma intenção deliberada de iludir ou manipular (Porto, 2002, p. 2).

Dessa maneira, o conceito de enquadramento se constitui em um importante instrumento teórico-metodológico para este trabalho que tem como problema norteador a análise das agendas e dos enquadramentos produzidos e veiculados pelo Jornal Nacional no que se refere às notícias sobre “crack”. Complementarmente<sup>7</sup> à teoria do agendamento, no que McCombs e Shaw chamaram de “segundo nível de efeitos”, houve o reconhecimento de que a mídia agenda quando, ao empolar determinados temas, define um quadro sobre “o que” o público deve pensar e também dependendo da maneira que apresenta os assuntos determina “como” o público pode pensar os assuntos.

Para além de refutar paradigmas como o da objetividade, o conceito de enquadramento pode também completar e preencher espaços de teorias contemporâneas como é o caso do *agenda-setting*. A obra *Frame Analysis*, do sociólogo Erving Goffman (1986) é tida como referência no uso sistemático do conceito de enquadramento. Porto (2002) explica que Goffman situa a origem do conceito de enquadramento na fenomenologia, mas reconhece que teria sido Goffman quem o desenvolveu numa perspectiva teórica mais sistemática aplicada à análise das interações sociais.

Nesta obra, Goffman define enquadramentos como os princípios de organização que governam os eventos sociais e nosso envolvimento nestes eventos. Segundo o autor, tendemos a perceber os eventos e situações de acordo com enquadramentos que nos permitem responder à pergunta: “O que está ocorrendo aqui?”. Neste enfoque, enquadramentos são entendidos como marcos interpretativos mais gerais construídos socialmente que permitem as pessoas fazer sentido dos eventos e das situações sociais (Porto, 2002, p. 04).

Tuchman (1978) oferece relevante contribuição no campo da comunicação no que diz respeito ao conceito de enquadramento. Segundo a socióloga, as notícias impõem um enquadramento que define e constrói a realidade. As notícias, segundo Tuchman (1978, p. 215) são “um recurso social cuja construção limita um entendimento analítico da vida contemporânea”. Ela tenta associar as categorias de notícia e o respectivo processo de produção com a maneira como a realidade é apresentada pelos noticiários, ou seja, pelo seu enquadramento.

Carvalho (2009, p. 01) define que o enquadramento é uma noção rica “para esclarecer os modos como o Jornalismo se relaciona com os atores sociais”.

Parto do princípio de que as definições de uma situação são construídas de acordo com princípios de organização que governam eventos – pelo menos os sociais – e o nosso envolvimento subjetivo neles; enquadramento é a palavra que eu uso para referir-se a um destes elementos básicos, tais como sou capaz de identificar. Esta é minha definição de enquadramento. Minha expressão análise do enquadramento é um slogan para referir-me, nesses termos, ao exame da organização da experiência (Goffman apud Carvalho, 2009, p. 4-5)



Desse modo, se em determinada situação, os indivíduos buscam construir explicações a partir de duas constituições, referências e repertórios, no âmbito de suas possibilidades cognitivas, e, assim, sempre haverá um processo de seleção, um olhar que é lançado para um aspecto particular da cena. Por essa razão, compreender os enquadramentos jornalísticos quando a mídia narra, na forma de notícia, um determinado acontecimento, tem relação com a tentativa de dar inteligibilidade à narrativa sobre o acontecimento. Estes sentidos dados constituem-se em uma determinada visão, dentro de uma variedade de possibilidades, mas que por um quadro referencial e cognitivo, foi “enquadrado” com algum sentido específico.

O jornalismo como prática institucionalizada, os constrangimentos organizacionais daí derivados, a visão dos jornalistas sobre o que é notícia – resultado da perspectiva que eles têm sobre a própria profissão – e a tendência que as notícias têm de privilegiar posições ideológicas hegemônicas, reforçando a manutenção do status quo, dentre outros fatores, são fundamentais para uma compreensão dos modos como são promovidos os enquadramentos (Carvalho, 2009, p. 06).

Gitlin apud Porto (2002) apresenta a definição mais sistemática e clara do enquadramento. Segundo este autor, os enquadramentos são recursos que organizam o discurso por meio de práticas específicas, tais como a seleção, ênfase, exclusão e, que de alguma forma, constituem uma interpretação dos fatos narrados. "Os enquadramentos da mídia (...) organizam o mundo tanto para os jornalistas que escrevem relatos sobre ele, como também, em um grau importante, para nós que recorremos às suas notícias" (Gitlin apud Porto, 2002, p. 06).

Sobre o campo do jornalismo, Guazina e Martineli (2012) propõem relevantes contribuições acerca do conceito e das aplicações dos estudos de enquadramento. As autoras descrevem que:

Assim, ao enquadrar, os narradores (jornalistas, apresentadores, comentaristas, etc) definem pontos de vista e hierarquizam informações, selecionando algumas em detrimento de outras. Deste modo, o resultado de qualquer trabalho com características jornalísticas é eminentemente enquadrado, isto é, organizado a partir de princípios culturais compartilhados que estão na base da decisão de selecionar (Guazina apud Martineli, 2012, p. 110).

Assim, a maneira como a mídia seleciona e dispõe determinado assunto pode conduzir à formação de enquadramentos que podem ser morais, dramáticos, violentos, entre outros. Um dos aspectos citados por Guazina e Martineli (2012) diz respeito à seleção que, segundo as autoras, é “um aspecto essencial do conceito de enquadramento”. Para as pesquisadoras, a ênfase em determinados aspectos e a omissão de outros pode ser determinante na construção de sentidos: “Quando uma informação é salientada em um texto (e aqui considera-se texto inclusive as imagens), ela se torna mais significativa e memorável para a audiência, indicando um modelo de interpretação dominante, isto é, uma orientação de interpretação a ser seguida” (Entman 1993 apud Guazina e Martineli, 2012, p 110).

### **Por que o Jornal Nacional?**

Mesmo que estudos tenham apontado que a televisão tem uma baixa capacidade de influenciar cognitivamente os receptores a partir da constituição de uma agenda, ou ainda que se reconheça que o meio televisivo, por suas características operativas próprias tenha dificuldade de constituir um conhecimento em profundidade sobre os assuntos e temas agendados, por outro, ainda reconhece-se na televisão, principalmente no Brasil, a mídia mais presente e de maior audiência entre os brasileiros. Segundo a Pesquisa Brasileira de Mídia, realizada em 2014 pela Secretaria de Comunicação da Presidência da República, a maior parte dos brasileiros (65%) assiste televisão todos os dias da semana, dedicando-se, em média, 3h29 de segunda a sexta-feira. A pesquisa também indicou os hábitos dos entrevistados e aferiu que, durante a semana, os brasileiros se dedicam a produtos de cunho jornalístico ou de notícias (80%), seguido por telenovelas (48%). O Jornal Nacional ficou em primeiro lugar como programa assistido por 35% dos brasileiros de segunda a sexta-feira em indicação espontânea na pesquisa. Os indicadores também apontaram o nível de confiança dos diferentes meios, e a televisão ficou em terceiro lugar (49%), depois, respectivamente do jornal impresso (53%) e do rádio (50%).

O Jornal Nacional, da Rede Globo, foi o primeiro programa em rede nacional gerado no Rio de Janeiro e retransmitido para todas as emissoras da Rede Globo. Transformou-se no mais importante noticiário brasileiro, alcançando altos índices de audiência e tornando-se hegemônico entre os telejornais no Brasil. A primeira edição foi ao ar em 1º de setembro de 1969, com a apresentação de Hilton Gomes e Cid Moreira. Posteriormente, Hilton Gomes foi substituído por Sérgio Chapelin, que permaneceu durante 11 anos consecutivos no ar. Em 1983, inova-se na bancada do telejornal. Celso Freitas substitui Chapelin e compõe com Cid Moreira que, em 1996 cedem lugar a William Bonner e Lilian Witte Fibe. Dois anos depois, Fátima Bernardes assume a bancada do Jornal Nacional e permaneceu compondo dupla com Bonner durante 14 anos. Em 2011, Patrícia Poeta assumiu a bancada junto com Bonner e, em novembro de 2014, foi substituída por Renata Vasconcellos. Mesmo com as alterações no seu quadro de apresentadores, o telejornal continua sendo o de maior audiência do país e, por isso, tão comumente, as investigações científicas o têm como objeto empírico.

### **Crack no JN: saúde pública se torna drama individual**

Para efeito de análise, este artigo considerou o recurso de busca do portal Globo.com e utilizou como termo-chave a palavra “crack” que retornou somente cinco reportagens, que serão consideradas aqui como unidades de análise. A análise de conteúdo foi o método utilizado com a finalidade de observar as reportagens e avaliar os conceitos de agenda e enquadramento. As matérias veiculadas no Jornal Nacional no ano de 2014<sup>8</sup> demonstram que, no período analisado, a temática do crack esteve associada principalmente à questão de polícia e de saúde pública.

Apesar de mencionar a gravidade dos números na única reportagem que inclui o assunto como sendo de saúde pública, em um ano, apenas cinco ocorrências dão conta de dimensionar o panorama do crack no país de janeiro a novembro de 2014. Segundo Guazina e Martineli (2012), o excesso ou a omissão na presença de determinados assuntos podem revelar a construção de sentidos. No período analisado, portanto, é possível afirmar que há uma relativa escassez de agendamento do assunto, mesmo que uma das reportagens do telejornal aponte: *“O vício em crack tornou-se um caso de saúde pública no Brasil. São mais de 370 mil usuários nas capitais do país. E os números não param de subir”*<sup>9</sup>. Embora ao longo de onze meses, o telejornal tenha veiculado apenas cinco reportagens que tratam da questão do crack, na primeira reportagem veiculada em 2014, o assunto se enquadra na temática de saúde pública, traz números que alarmam, a voz do apresentador Heraldo Pereira<sup>10</sup> confere relativa tensão para a situação, levando a crer que o problema do crack está se generalizando no país. Todavia a reportagem não traz nenhum dado, fonte, especialista ou estudo científico da área das ciências médicas para corroborar o argumento que ancora a cabeça<sup>11</sup> lida pelo apresentador Heraldo Pereira. McCombs e Shaw (2000, p. 132) enfatizam que: “A maneira como um comunicador enquadra uma questão estabelece uma agenda de atributos e pode influenciar o modo como pensamos sobre a questão em foco”.

Além disso, se o crack é uma questão de saúde pública, questiona-se por que o telejornal não o tratou dessa forma. Toda a reportagem é construída dando a dimensão humana a partir de um só personagem. O Estado não aparece e não há nenhuma tentativa de se verificar como esse assunto está sendo tratado no âmbito de fato da saúde pública, mas apenas a degradação e o drama individual e a superação. A apresentadora Ana Paula Araújo<sup>12</sup> que ocupa a bancada neste dia complementa a cabeça da reportagem: *“Você vai ver agora na reportagem da Zileide Silva a história de um homem que trocou uma recompensa em dinheiro pelo tratamento para se livrar da droga”*. A única fonte da reportagem é o personagem identificado como o marceneiro Adailson Carvalho, que é apresentado pelo texto da repórter Zileide Silva como *“Um marceneiro de mão cheia. As ferramentas ele ganhou, por causa da qualidade do serviço. Profissão que aprendeu ainda criança olhando outro marceneiro em Redenção, no Pará”*.

Fica evidente nessa primeira unidade de análise que há uma exaltação das qualidades do trabalho e da profissão que o indivíduo aprendeu no interior do Brasil, o que lhe confere certa condição de cidadania. Carvalho (2004) difere três classes de cidadãos: primeira classe (doutores), segunda classe (cidadãos simples) e terceira classe (a população marginal). Nesse caso, Adailson quando apresentado no telejornal se enquadra nos cidadãos simples que são os que estão sujeitos aos rigores e aos benefícios da lei. “São a classe média modesta, os trabalhadores assalariados com carteira de trabalho assinada, os pequenos funcionários, os pequenos proprietários urbanos e rurais” (Carvalho, 2004, p. 216). Esses cidadãos comuns ou simples podem ser brancos, pardos ou negros, chegam a ter educação fundamental completa e o segundo grau em parte.

Mas o tom da reportagem e as imagens mudam quando o discurso de uma história humana de luta e trabalho cede lugar à história dramática de um ex-viciado em crack: *“Há cinco anos tudo mudou. Por causa do crack que ele conheceu quando foi morar em São Paulo, antes de vir morar em Brasília”*. Em seguida, o personagem aparece nas imagens em plano médio de enquadramento de câmera e se auto-descreve: *“Eu vivia na insanidade e eu sofria por saber que minha mãe estava sofrendo por mim. Então eu sofria dos dois lados, então isso aí acabava eu mais ainda”*.

É possível perceber que, na narrativa da informação jornalística, há um protagonismo do ex-usuário de crack no que diz respeito ao tempo<sup>13</sup> de sonora na reportagem como um todo. O discurso do personagem é tomado por um tom de lembrança da “feia realidade” e, em seguida, da retomada da vida com vistas ao resgate e à superação por meio do trabalho. Também é perceptível o discurso do telejornal que potencializa e qualifica o estado emocional e físico do personagem quando este era usuário de crack como sendo um estado degradante elencando as “perdas” de Adailson: *“O Adailson perdeu o emprego, se afastou da família, passou a viver nas ruas”*. As imagens que cobrem o off<sup>14</sup> da repórter são de arquivo do telejornal e mostram momentos de quando Adailson morava nas ruas.

Depois de narrar toda a história de “acaso”, que teria feito com que Adailson pedisse ajuda<sup>15</sup> – ter associado o sofrimento da família que ele ajudou com o sofrimento de sua mãe -, o Jornal Nacional descreve o ex-usuário a partir das seguintes classificações: dias sem uso da droga, aumento de peso e reinserção social pelo trabalho, respectivamente nessa ordem. Ao final da reportagem, o ex-usuário de crack se apresenta como um exemplo a ser seguido por viciados em crack. Ele “se dignifica” como ser humano ao ensinar o ofício de marceneiro a outros pacientes que fazem tratamento voluntário na ONG Salve a si. Nas palavras da repórter, o que Adailson realmente quer é “virar uma página”. O personagem, então, finaliza a reportagem afirmando: *“O que eu quero agora é reconstruir minha vida. Ter oportunidade de fazer reparações para as pessoas que eu causei dano, que eu contrariei. Tudo isso aí eu quero na minha vida. A droga me tirou tudo isso aí”*.

O protagonismo do personagem também se revela ao ponderarmos que, a reportagem é apresentada como sendo de saúde pública, mas que a “solução” está em casos como o de Adeilson, ou seja, que por sua própria vontade pediu ajuda, e por meio de uma ONG conseguiu tratamento após refletir sobre a questão familiar, em que pesou a dor de sua mãe.

A reportagem, ao enquadrar o problema como sendo de saúde pública, alarmar números de crescimento do uso de crack nas capitais e não abrir o espaço para o Estado, de algum modo, indica um Estado ausente e inoperante diante das questões de políticas públicas. Nesse sentido, o telejornal não oferece uma pluralidade de fontes e descaracteriza o problema quando focaliza um drama individual que foi solucionado por

vontade própria sem ajuda do Estado e sem a ampliação do debate para especialistas da área da saúde pública.

Bueno (1996) explica que a cobertura da mídia no Brasil sobre saúde não é preventiva, tem foco na doença e, portanto, um caráter fatalista, desviando a atenção da ausência das políticas públicas de saúde.

### **Estado inoperante**

A segunda unidade de análise do *corpus* empírico é uma reportagem com 02'01'', veiculada nove dias depois da primeira que tematiza o crack a partir do trabalho. A reportagem tem como cenário a Cracolândia<sup>16</sup>, na cidade de São Paulo e divide esta região em duas partes: uma em que o projeto atua e outra em que o tráfico ainda subsiste por inoperância do Estado. A chamada da apresentadora é: *“Viciados em crack tiveram hoje o seu primeiro dia de trabalho num programa novo de recuperação em São Paulo. Eles vão receber também comida e moradia”*. O texto é seguido pelo texto do repórter: *“Pra quem vive como escravo da droga, trabalho já não faz parte da rotina. Por isso, foi preciso ensinar como seria esse dia diferente”*. A reportagem mostra uma equipe organizando o trabalho dos participantes do projeto que são chamados pelo telejornal como “viciados em crack”. Portanto, o Jornal Nacional descreve os usuários como escravos da droga, desacostumados a trabalhar, mas faz uma ressalva para os que estão no projeto trabalhando. É como se mesmo esses que não deixaram as drogas, mas em razão do trabalho, pudessem ser vistos de um modo diferente. Em seguida, o repórter retoma novamente o texto em off: *“Bastou colocar o uniforme para alguns se sentirem mudando de lado”*. O texto é coberto por imagens que mostram pessoas felizes e satisfeitas por estarem trabalhando e usando um uniforme de gari. A reportagem descreve o projeto e traz a fala de uma representante da secretaria de assistência social de São Paulo que só aparece para justificar o porquê de apenas 80 pessoas das 300 selecionadas terem aparecido para o trabalho.

Fica clara a separação que o telejornal faz entre uma área e outra da Cracolândia quando o repórter diz: *“A ação acabou dividindo a Cracolândia em duas áreas bem distintas. Uma onde as ruas estão sendo limpas, as barracas desmontadas, as pessoas encaminhadas a hotéis e ao trabalho. A outra, onde continuam a venda e o consumo de crack”*. Para a parte degradada, ou seja, o espaço onde ainda permanecem os usuários de crack, o lixo e a sujeira, o repórter explica que a prefeitura de São Paulo afirmou que será contemplada com a segunda etapa do projeto e dá prosseguimento ao seguinte texto: *“Nesta área degradada de São Paulo, onde a droga impera há anos e o poder público nunca conseguiu fazer muita coisa, quem já está sendo atendido espera que agora funcione”*. Isso reforça a ausência e inoperância do Estado em relação às políticas públicas mesmo que este seja um projeto da prefeitura. Há um ar de descrença do telejornal em relação à efetividade e continuidade das ações. Esta tensão é confrontada com uma possibilidade de esperança por parte de um usuário de crack que diz: *“Tem que segurar, porque é uma oportunidade. Se você não segurar, ela pode ó (demonstra*

*como se escapasse pelas mãos) pelas suas mãos, escapar, então você tem que segurá-la”.*

Nesta reportagem, há um protagonismo de usuários de crack que se dignificam por terem trabalho formal, comida e um lugar para dormir. No discurso do telejornal o assunto é tematizado como sendo de trabalho. Mas percebe-se nas falas dos personagens que tão importante quanto ter trabalho, é ter o reconhecimento da família e da sociedade. Um dos entrevistados diz: “Como nós era tratado como lixo, agora nós vai limpar o lixo né?!” e a outra entrevistada na sequência diz: “*Eu tô bem, entendeu? Se minha mãe estiver vendo essa... for ver essa entrevista, ela vai estar mais feliz ainda, entendeu? Do que eu, eu acho, porque ela também é gari”.*

Ferreira (2007) discorre sobre cidadania ativa e passiva ao fazer um estudo comparativo entre o Jornal Nacional e o Jornal da Record no que respeita aos indivíduos anônimos nos dois telejornais. A autora identificou que:

Na editoria de economia, percebeu-se que os dois telejornais incluíram os indivíduos anônimos exercendo cidadania ativa, global e plena quando foram representados como pertencentes à classe de cidadãos economicamente ativos em determinados cenários. Isso se deve ao contexto social e econômico brasileiro, em que são reconhecidos como atores, realizadores e sujeitos efetivamente atuantes no processo de construção social da realidade, os indivíduos anônimos empregados, que estão trabalhando e com renda formal garantida (Ferreira, 2007, p. 145).

McCombs e Shaw (2000) explicam que o agendamento é um processo que pode afetar tanto aquilo sobre o que pensamos como o modo como pensamos. E, nesse sentido, os enquadramentos relativos às falas, ênfases, nomeações e focalizações são bastante significativos dentro do contexto jornalístico.

### **Crack no discurso científico**

Um dia após a reportagem sobre o projeto de São Paulo mencionada anteriormente, o Jornal Nacional exibiu outra que mostrou um tratamento para depressão também usado em usuários de crack. A reportagem foi destaque no telejornal, uma vez que apareceu na escalada<sup>17</sup>. O apresentador William Bonner lê a seguinte cabeça: “*Uma equipe de médicos da Santa Casa de São Paulo está testando, em dependentes de crack, um tratamento contra a depressão que foi desenvolvido nos Estados Unidos*”. A reportagem é didática e explicativa sobre como funciona a nova técnica. E, em seguida apresenta uma personagem que tem depressão e que atesta o tratamento. O telejornal explicita o funcionamento da nova técnica por meio de infografia<sup>18</sup> e edição de imagens. De forma didática, o telespectador pode compreender como o tratamento age no cérebro. Além da personagem que trata a depressão, por duas vezes, um médico psiquiatra explica o procedimento e como ele age no usuário de crack. O repórter, ao explicar o posicionamento dos médicos, nomeia como “usuário de crack” e caracteriza o que esse indivíduo sente quando usa a droga:

Como essa técnica vem dando bons resultados especialmente nos casos de depressão e transtorno de ansiedade, os médicos viram aí uma possibilidade de usar o mesmo tratamento para ajudar o usuário do crack a largar o vício, a vencer uma das principais barreiras, a sensação de fissura, a vontade incontrolável de consumir a droga (Jornal Nacional, 2014).

Apesar da opção e definição do telejornal, o médico psiquiatra, ao descrever os sintomas, não é tão enfático em relação à “fissura” ou “falta de controle”. O médico tem um discurso bem mais ameno: *“O que motivou a gente a iniciar essas pesquisas é o fato de todos esses pacientes partilharem alguns sintomas em comum, sintomas ansiosos, depressivos são sintomas muito frequentemente observados em pacientes usuários de crack”*. A reportagem apresenta o paciente em tratamento: *“Este paciente usou crack por dez anos, foi internado duas vezes, mas não conseguiu largar a droga. Com o apoio da família e de uma ONG começou o tratamento. (...)”* Observa-se que a família tem papel fundamental na recuperação do usuário de crack. A questão familiar esteve presente nas três reportagens apresentadas sempre ligando a possibilidade de resgate, de cura e de recuperação ao apoio da família. Além disso, o telejornal destaca a ajuda de ONG’s. Tanto na primeira reportagem analisada quando nesta, a importância de ONG’s é destacada pelo telejornal quando se fala em tratamento. A reportagem dá espaço então, para o usuário em tratamento e indica: *“Com o tratamento: não dá essa fissura, não vem fissura, não vem o desejo da droga. Creio que isso com certeza ajuda, sim. Porque vai ficar gravado na memória da gente que a gente conseguiu driblar esse momento e não sentiu a fissura.”* A reportagem retoma novamente a fala do médico que propõe que outras unidades terapêuticas também passem a usar o tratamento.

Esta reportagem chama atenção porque, em relação as outras, é a única que traz o discurso científico e, por isso, é tematizada como sendo uma reportagem de ciência. Nesse aspecto, tem-se também uma discussão que é o da qualidade da cobertura relativa a temas específicos como saúde e qualidade de vida. De acordo com Bueno (1996), a cobertura da mídia em relação à saúde é fragmentada, com foco na doença, espetacularizada, responsável por legitimar o discurso da competência, no qual, o profissional, especialista na área de saúde é o único capaz de dialogar sobre o tema, traduzindo-se assim em um discurso nada democrático e verticalizado.

### **Crack é caso de polícia**

As duas últimas unidades de análise veiculadas no período analisado apresentam o assunto crack como sendo de polícia. A primeira é uma nota coberta veiculada também em janeiro, que reporta o furto de chuteiras de jogadores do time Formosa. O crime que, se esclarece rapidamente, é creditado ao motorista do ônibus que disse ter usado o dinheiro para comprar crack. A nota lida pelo apresentador tem duração de trinta e um segundos e apenas menciona a palavra crack na seguinte passagem é: *“O ônibus em que o material estava tinha desaparecido. O motorista, depois de dizer que tinha sido assaltado, confessou que vendeu as chuteiras para comprar crack”*.

A última unidade de análise que corresponde à reportagem veiculada em julho de 2014 é tematizada como sendo de política e a cabeça da reportagem menciona a prisão de quadrilha ligada ao tráfico: “*A polícia paulista prendeu 21 suspeitos de envolvimento com uma quadrilha que age dentro e fora dos presídios do Estado*”. A reportagem tem duração de cinquenta e três segundos e apresenta imagens de crack e outras drogas apreendidas. A matéria mostra o tráfico como "organização" estruturada e, literalmente, organizada, frente ao Estado passivo que, tem protagonismo somente no momento em que a polícia é mencionada como tendo feito a apreensão. A única vez que a palavra crack é mencionada é: “*A polícia apreendeu 102 quilos de cocaína e crack, além de armas*”.

### Conclusão

Este trabalho buscou compreender as tematizações e os enquadramentos em que estiveram insertos os conteúdos relativos ao crack no Jornal Nacional. A partir da análise do *corpus*, pode-se afirmar que o telejornal, quando trata o assunto como sendo de saúde pública, desfoca o problema, uma vez que a reportagem se sustenta apenas com o drama individual, o reforço de imagens e estereótipos de um ex-usuário de crack e sua recuperação.

O discurso do telejornal corrobora a ideia defendida por Carvalho (2004) e Ferreira (2007) que, uma das condições de cidadania é ter carteira assinada e exercer atividade formal. O Jornal Nacional, nesse aspecto, focaliza o tema trabalho na segunda unidade de análise e demonstra que esse é um fator importante para a recuperação dos indivíduos envolvidos com o crack. Mais uma vez, o telejornal denota a inoperância do Estado conforme pôde ser observado na análise.

Há, também, uma proeminência do discurso científico no que respeita à terceira unidade de análise do *corpus*. Observa-se, mais uma vez, que o telejornal não amplia o espaço de debate e não pluraliza os discursos. A fala científica encerra a discussão sobre o que pode recuperar o usuário de crack e este, por sua vez, é apresentado na reportagem para ilustrar e corroborar o discurso vertical da ciência.

O tema polícia também está presente. Prisões, tráfico de drogas e crime organizado denotam como o sistema que envolve o crack é bem estruturado. Apesar de a polícia cumprir seu papel, é notória mais uma vez a ausência do Estado.

Percebem-se as agendas e os enquadramentos ao se desconstruir as narrativas para compreender os sentidos e o modo como estão hierarquizadas e organizadas, considerando os processos de produção, que envolvem edição e seleção de imagens, texto, sobreposição de falas e o conteúdo das reportagens analisadas. Questiona-se, nesse sentido, no caso brasileiro, as reais possibilidades de ampliação do espaço público contemporâneo no meio de comunicação televisivo, tendo em vista a discussão proposta anteriormente. “Na medida que o destinatário não é capaz de controlar a precisão da representação da realidade social, tendo por base um standard exterior aos mass media,



a imagem que, por intermédio dessa representação, ele forma, acaba por ser distorcida, estereotipada ou manipulada” (Roberts apud Wolf, 2001, p. 146)

### Referências

- Barbeiro, H; Lima, P. (2002). *Manual de Telejornalismo – os segredos da notícia na TV*. Rio de Janeiro: Elsevier.
- Bardin, L. (1988). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Bruck, Mozahir. Crack na imprensa: imaginários e modos de representação do jornalismo sobre o surgimento e a explosão da droga em Belo Horizonte (MG, Brasil). *Brazilian Journalism Research*, Brasília, v. 9, n. 1, p. 174-193, 07 jul. 2013. Maio de 2010. Disponível em: <<http://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/viewFile/513/446>>. Acesso em: 29 set. 2013.
- Brum, J. A hipótese do Agenda-Setting: Estudos e Perspectivas. En *Razón y Palabra*. N. 35 Outubro – Novembro, 2003. Disponível em: <<http://www.razonypalabra.org.mx/anteriores/n35/jbrum.html>>. Acesso em: 15 nov. 2014.
- Bueno, W. (1996). *Comunicação para a saúde: Uma experiência Brasileira*. São Paulo: Plêiade.
- Carvalho, Carlos. Sobre limites e possibilidades do conceito de enquadramento jornalístico. En *Revista Contemporânea*. V. 07 N. 02, P. 01-15, dez 2009. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/contemporaneaposcom/article/viewArticle/3701>>. Acesso em 20 nov. 2014.
- Carvalho, J. (2004). *Cidadania no Brasil - o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Duarte, J; Barros, A. (Orgs.) (2005). *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação*. São Paulo: Atlas.
- Ferreira, F. As representações dos indivíduos anônimos no telejornalismo brasileiro: um estudo comparativo entre o *Jornal Nacional* e o *Jornal da Record*. Brasília, 2007. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Faculdade de Comunicação, Universidade de Brasília.
- Guazina, L; Martineli, F.. Catwalk eletrônico: enquadramentos da moda no GNT Fashion1. En *Animus*. V. 11 N. 22, p. 106-130, 2012. Disponível em: <<http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/animus/article/view/6893>>. Acesso em 13 nov. 2014.

*Jornal Nacional* (Brasil). Confira a história do JN: Em 1º de setembro de 1969 foi ao ar a primeira edição do Jornal Nacional. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2010/04/confira-historia-do-jn.html>>. Acesso em: 15 nov. 2014.

*Jornal Nacional* (Brasil). SP inicia programa de internação compulsória de viciados em crack: Qualquer cidadão que veja um usuário de drogas ameaçar a própria vida ou a vida de outra pessoa pode ligar para as autoridades, e agentes de saúde serão deslocados para conter e recolher o dependente.. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2013/01/sp-inicia-programa-de-internacao-compulsoria-de-viciados-em-crack.html>>. Acesso em: 12 nov. 2014.

*Jornal Nacional* (Brasil). Ex-viciado abre mão do dinheiro para se livrar do crack. Disponível em: <<http://globo.com/rede-globo/jornal-nacional/v/ex-viciado-abre-mao-do-dinheiro-para-se-livrar-do-crack/3063881/>>. Acesso em: 17 nov. 2014.

*Jornal Nacional* (Brasil). Dependentes de crack têm primeiro dia de trabalho em projeto de São Paulo. Disponível em: <<http://globo.com/rede-globo/jornal-nacional/v/dependentes-de-crack-tem-primeiro-dia-de-trabalho-em-projeto-de-sao-paulo/3083141/>>. Acesso em: 18 nov. 2014.

*Jornal Nacional* (Brasil). Médicos testam tratamento contra depressão em viciados em crack. Disponível em: <<http://globo.com/rede-globo/jornal-nacional/v/medicos-testam-tratamento-contradepressao-em-viciados-em-crack/3085819/>>. Acesso em: 18 nov. 2014.

*Jornal Nacional* (Brasil). Sumiço de chuteiras dos jogadores do Formosa é esclarecido no DF. Disponível em: <<http://globo.com/rede-globo/jornal-nacional/v/sumico-de-chuteiras-dos-jogadores-do-formosa-e-esclarecido-no-df/3093624/>>. Acesso em: 17 nov. 2014.

*Jornal Nacional* (Brasil). Polícia de SP prende 21 suspeitos de envolvimento com quadrilha dentro de presídios. Disponível em: <<http://globo.com/rede-globo/jornal-nacional/v/policia-de-sp-prende-21-suspeitos-de-envolvimento-com-quadrilha-dentro-de-presidios/3494113/>>. Acesso em: 17 nov. 2014.

Habermas, J. (2003). *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

Hohfeldt, A; Martino, L; França, V. (Orgs.). (2001). *Teorias da Comunicação*. Petrópolis: Editora Vozes.

McCombs, M; Shaw, D. A função do agendamento dos media. In: Traquina, Nelson. (Org.). *O poder do jornalismo: análise e textos da teoria do agendamento*. Coimbra: Minerva, 2000.

- McCombs, M; Shaw, D. A evolução da pesquisa sobre agendamento: vinte e cinco anos no mercado das ideias. In: Traquina, N. (Org.). (2000). *O poder do jornalismo: análise e textos da teoria do agendamento*. Coimbra: Minerva.
- Porto, M. Enquadramentos da Mídia e Política. Trabalho apresentado ao XXVI Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS, Caxambu-MG. P. 01-25, outubro 2002. Disponível em:  
<[http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_view&gid=4400&Itemid=317](http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=4400&Itemid=317)>. Acesso em: 20 nov. 2014.
- Secretaria de Comunicação da Presidência da República. Pesquisa Brasileira de Mídia. 2014. Disponível em:  
<<http://observatoriodaimprensa.com.br/download/PesquisaBrasileiradeMidia2014.pdf>>. Acesso em: 14 nov. 2014.
- Thompson, J. (2002). *A mídia e a modernidade - uma teoria social da mídia*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- Tuchman, G. (1978). *Making News: a Study in the Construction of Reality*. Nova Iorque: Free Press.
- Varão, R. (2012). *Harold Lasswell e o campo da Comunicação*. Tese (Doutorado em Comunicação) – Faculdade de Comunicação, Universidade de Brasília.
- Wolf, M. (2001). *Teorias da Comunicação*. Lisboa: Editora Presença.

### Notas

- <sup>1</sup> Também chamado de pedra ou rocha, é cocaína solidificada em cristais. O nome inglês crack deriva do seu barulho peculiar ao ser fumado. O crack é a conversão do cloridrato de cocaína para base livre por meio de sua mistura com bicarbonato de sódio e água.
- <sup>2</sup> Vai ao ar de segunda a sábado e tem 40 minutos de duração no horário noturno.
- <sup>3</sup> SP inicia programa de internação compulsória de viciados em crack - Qualquer cidadão que veja um usuário de drogas ameaçar a própria vida ou a vida de outra pessoa pode ligar para as autoridades, e agentes de saúde serão deslocados para conter e recolher o dependente. JORNAL NACIONAL, 21 jan. 2013.
- <sup>4</sup> Os canais de televisão foram a NBC e a CBS, com seus noticiários noturnos nacionais.
- <sup>5</sup> Centralidade é a capacidade que os meios de comunicação têm de empolar determinado assunto, conferindo a ele relevância, hierarquia e significado.
- <sup>6</sup> Teoria que se ancora na sociologia das profissões e que se vale de métodos como o da observação participante para o estudo dos emissores e para a compreensão do processo de produção das notícias.
- <sup>7</sup> Conforme mencionado anteriormente neste trabalho, quando formulada, a teoria do agendamento não considerava que as diferentes formas de apresentação dos temas pela mídia poderiam afetar o processo de agendamento. McCombs e Shaw recorreram ao conceito de enquadramento.

<sup>8</sup> Considera-se que este trabalho foi finalizado e apresentado em 25 de novembro de 2014 ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Comunicação (FAC) UnB para a disciplina de Seminário de Linha I do doutorado em Comunicação – Jornalismo e Sociedade.

<sup>9</sup> Unidade de análise número 01, conforme tabela em apêndice. Reportagem veiculada no Jornal Nacional em 07 de janeiro de 2014.

<sup>10</sup> Heraldo Pereira cobre folga do apresentador William Bonner.

<sup>11</sup> É lida pelo apresentador e dá o gancho da matéria. (BARBEIRO E LIMA, 2002, p. 164)

<sup>12</sup> Ana Paula Araújo também cobre folga da apresentadora Ana Paula Padrão.

<sup>13</sup> O tempo de sonora do personagem é de trinta e cinco segundos na reportagem que tem dois minutos e vinte segundos.

<sup>14</sup> É o texto lido pelo repórter que cobre imagens.

<sup>15</sup> “Pedi ajuda, porque vi que sozinho não ia conseguir”. (Adailson Carvalho)

<sup>16</sup> Por derivação de crack. É uma denominação popular para uma região no centro da cidade de São Paulo, nas imediações das avenidas Duque de Caxias, Ipiranga, Rio Branco, Cásper Líbero e a rua Mauá, onde historicamente se desenvolveu intenso tráfico de drogas.

<sup>17</sup> São as manchetes do telejornal. Sempre no início do noticiário.

<sup>18</sup> Um tipo representação visual gráfica, muitas vezes complexa, que facilita a compreensão de conteúdo, em que apenas texto escrito dificultaria o entendimento. Os infográficos jornalísticos costumam ser caracterizados pela junção de textos breves com representações figurativas e esquemáticas, cujo objetivo é a explicação de algum conteúdo para o leitor.